

## A COMPREENSÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DA PARAÍBA, ACERCA DA RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

Ulysses Borges de Gouveia <sup>1</sup>

### RESUMO

O presente estudo desenvolveu-se com o propósito de investigar a relação entre teoria e prática na formação docente, especificamente no curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, com foco em professores egressos da instituição, que estão inseridos na Rede Pública de Ensino, no município de João Pessoa-PB. A pesquisa desenvolveu-se em uma perspectiva qualitativa, tendo como caminho teórico-metodológico a dialética materialista em Marx, Vigotsky, e Gramsci. A metodologia de análise do material empírico baseou-se no processo hermenêutico-crítico em Gamboa. As contradições presentes entre os conteúdos teóricos e as experiências práticas dos docentes, constituíram o principal foco da pesquisa, com essa relação sendo analisada enquanto práxis laboral e existencial docente. A dicotomia entre teoria e prática, historicamente presente no contexto educacional brasileiro, é fruto de uma sociedade dividida em classes, onde as escolas possuem diferentes objetivos de educação, mas que normalmente não estão voltadas para a formação do cidadão crítico. Através das pesquisas e análise dos depoimentos, foi identificado que muitos professores acreditam que a teoria se sobrepõe à prática, resultando em uma desconexão entre os conhecimentos adquiridos na universidade e as exigências do cotidiano escolar; sendo possível também identificar que o curso ainda é muito voltado para a formação de geógrafos, e pouco para a formação de docentes, embora se trate de um curso de licenciatura. A pesquisa sugere que a construção de uma escola transformadora, exige uma reformulação da relação entre teoria e prática, superando a educação com bases ideológicas das classes dominantes, e por vezes utópica, e possibilitando a transformação tanto da realidade escolar, dos sujeitos que compõem a escola, quanto da sociedade.

**Palavras-chave:** Geografia, Educação, Teoria, Prática, Práxis.

### INTRODUÇÃO

A relação entre teoria e prática no contexto educacional não é um tema recente. Essa complexa relação já foi objeto de diversos estudos acadêmicos, como artigos, livros e teses, e, ainda assim, continua sendo um tema extremamente atual, considerado um dos principais desafios epistemológicos da educação. Essa afirmação não causa surpresa, considerando a complexidade do processo educacional, que vai muito além da relação entre professor e aluno. Esse processo envolve múltiplos interesses, especificidades e possui dinamismo próprio.

O caminho metodológico utilizado nessa pesquisa foi o materialismo histórico e dialético, através da abordagem dialética, em que a categoria de análise considerada central é o trabalho. Em uma sociedade capitalista, o trabalho adquire uma importância essencial e

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, [ulyssesgouveia1@gmail.com](mailto:ulyssesgouveia1@gmail.com);



objetiva, inclusive como forma de organização social. Concomitantemente, constitui-se como fonte de exploração, resultando em um processo de alienação dos trabalhadores.

Dessa maneira, o objetivo desta pesquisa, que resultou no presente artigo, foi compreender inicialmente como o professor egresso do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), analisa seu processo de formação universitária, especialmente no que se refere à relação entre teoria e prática na educação. Outro objetivo, igualmente relevante, foi refletir acerca das relações entre teoria e prática desenvolvidas em sua atuação docente nas escolas da rede pública de João Pessoa-PB.

Em termos de procedimentos metodológicos, a pesquisa desenvolveu-se da seguinte maneira: inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica com o objetivo de fundamentar teoricamente o estudo, abrangendo autores da área da Educação e da Geografia. As obras consultadas concentraram-se principalmente em autores relacionados ao materialismo histórico e dialético e à geografia crítica. Em uma segunda etapa, foram conduzidas quatro entrevistas semiestruturadas por meio da plataforma Google Meet, adaptadas à rotina e à disponibilidade dos participantes. Todos os entrevistados são professores egressos do Curso de Licenciatura em Geografia da UFPB e encontram-se em atividade em escolas da rede pública de ensino de João Pessoa-PB.

Todo o processo de entrevista foi conduzido garantindo o anonimato dos participantes, sendo os professores identificados pela letra “P” seguida de um número atribuído aleatoriamente (ex.: P1). Todos os entrevistados assinaram e enviaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e as entrevistas foram gravadas mediante consentimento, para posterior transcrição e análise.

A metodologia utilizada para análise do material empírico que fundamenta o presente artigo foi o processo hermenêutico-crítico, que inclui uma reflexão sobre as contradições, desafios e conflitos presentes no processo de formação universitária em cursos de licenciatura, bem como em sua prática docente.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação no Brasil é tema abordado por diversos autores, que geralmente iniciam uma análise mais detalhada a partir do período republicano, visto que, anteriormente, a educação estava restrita a uma minoria da sociedade, a burguesia. A maior parte da população — indígenas, escravos, mulheres e, inclusive, os europeus pobres que migraram para o Brasil em busca de melhores oportunidades — não tinha acesso à escola.



Um dos principais colégios no início do período republicano brasileiro foi o Colégio Pedro II, fundado em 1837 na cidade do Rio de Janeiro-RJ, sendo o primeiro colégio oficial de instrução secundária do Brasil. Nesse colégio, que evidentemente era uma referência na época, já constava entre as disciplinas o ensino de Geografia, conforme destaca Vlach (1988, p. 206).

A presença do ensino de Geografia na distribuição das disciplinas que compõem a estrutura curricular do Colégio Pedro II é extremamente importante, na medida em que essa escola foi fundada tendo em vista a definição de um padrão do e para o ensino secundário em todo o país.

Ao longo da história da educação brasileira, governantes e a sociedade em geral sempre destacaram a importância da educação e do professor, embora, frequentemente, essa valorização tenha permanecido no âmbito do discurso. É fato que a elite, geralmente com ligações políticas, sempre esteve ciente da relevância da escola e, direta ou indiretamente, agiu e continua agindo com o intuito de moldá-la e adequá-la aos seus interesses.

Conforme destacado por Manacorda (1990, p. 183), Gramsci enfatizou não somente a importância da atividade educativa, mas também seu caráter classista e dualista, com uma escola elementar e profissional destinada à maior parte da população, cujo objetivo máximo era “qualificar” a mão de obra; e, por outro lado, uma escola clássica e humanística para as classes dirigentes.

Atualmente, embora haja algumas conquistas por parte dos profissionais da educação, o exercício da atividade docente ainda não é valorizado financeiramente como deveria, especialmente quando comparado a outras profissões de nível superior, sendo, por vezes, menosprezada por parcela da sociedade. Os cursos de licenciatura, de modo geral, apresentam elevada taxa de evasão, o que constitui motivo de preocupação, inclusive, para o Governo Federal, que atualmente desenvolve programas com o objetivo de reverter esse cenário, como o Pé-de-Meia Licenciaturas, promovido pelo Ministério da Educação (MEC).

Além de aspectos gerais sobre o processo formativo dos docentes na instituição, destaca-se que os entrevistados se formaram em épocas distintas e, portanto, vivenciaram experiências diversas, inclusive no que se refere à estrutura curricular do curso. Um dos aspectos fundamentais da pesquisa foi analisar como ocorreu, na visão dos professores, a articulação entre os temas geográficos e aqueles vinculados diretamente ao ensino, bem como aspectos propriamente pedagógicos, relação importante, conforme destaca Vesentini (1992, p. 19): “Malgrado a maior parte das obras que analisam a história da geografia, que persistem em ignorar o ensino, pensamos que foi pelo seu papel social no sistema escolar que a geografia moderna teve sua função de pesquisa legitimada”.

Quando questionados sobre os autores que consideraram relevantes em seu processo formativo — especialmente aqueles da área educacional, e não propriamente geógrafos — os



entrevistados demonstraram certa dificuldade em mencioná-los, sendo Paulo Freire a resposta mais recorrente, e, em alguns casos, a única. Indubitavelmente, Paulo Freire é uma importante referência para a educação, não apenas no Brasil, mas também em âmbito internacional. Ainda assim, causa certa surpresa o fato de que alguns entrevistados não conseguiram mencionar outros autores.

O professor P4, por exemplo, demonstrou dificuldade em mencionar autores que tenham influenciado sua formação enquanto docente, ressaltando que, ao longo do curso, leu diversos artigos e capítulos de livros, mas que, especialmente em relação a autores dedicados às questões educacionais, não conseguia se recordar de nenhum.

Os meus professores da época eram muito marxistas, especialmente os da parte de humanas, da Geografia mesmo, sim, porque gostando ou não existia essa divisão entre física e humana, não sei como é hoje, mas na época era bem claro. Mas os da educação também tinham essa linha, as vezes era até chato, não lembro especificamente de autores, se falar que lembro estou mentindo, sou péssimo para lembrar nomes. Mas para falar bem a verdade, o curso era muito mais voltado para prática, pelo menos essa é minha impressão, muita prática, me marcou mais que a teoria. Isso era uma opinião meio que geral da turma, e quando entrava muito na teoria, muita leitura o povo até reclamava. (P4)

Um dos aspectos interessantes foi ouvir a opinião do professor P3, uma vez que concluiu o curso na UFPB há mais de duas décadas. Seu relato possibilita analisar algumas mudanças ocorridas no curso ao longo dos anos. Certamente houve alterações na estrutura curricular nesse período; no entanto, o entrevistado também considerou que sua “base educacional”, à época, era insuficiente.

Eu tinha umas cinco cadeiras, eu acho, de teoria da educação, eu acho que era, mas, assim, é o que eu tô dizendo, a minha memória pode estar me traindo, mas eram pouquíssimas, o curso não era teórico na área de educação, não, era teórico na área de Geografia. Paulo Freire toda a vida falou. Falou, Paulo Freire, Vigotski, falava, falava em Piaget, se falava mais em Piaget até do que Paulo Freire. Porque, praticamente, o Paulo Freire bebeu muito na fonte do Piaget, né? Isso falava muito em Piaget e Paulo Freire, mas somente nessas quatro ou cinco cadeiras como eu disse, e olha lá. (P3)

A constante relação entre teoria e prática — que, conforme destacado anteriormente, não se limita à formação de professores — ganha especial relevância quando a ciência em questão é a Geografia, justamente por se tratar de uma área cujo principal objeto de estudo é o espaço geográfico, no qual se estabelecem as relações humanas. No entanto, essa relação entre teoria e prática é, muitas vezes, marcada por certa contradição, ou até mesmo disputa, existindo, por vezes, uma “tensão dialética entre dois polos que se unem e se relacionam entre si”, formando um processo que “se estabelece como unidade de contrários” (GAMBOA, 2010, p. 5).

Os professores entrevistados demonstraram certa dificuldade em mencionar autores que influenciaram ou fundamentaram sua formação na UFPB, por diversos motivos — entre eles,



o tempo decorrido desde a conclusão do curso e a atual rotina de trabalho, que dificulta momentos de reflexão. Entretanto, os depoimentos evidenciaram que tanto a formação na instituição quanto o exercício atual da docência foram marcados pela busca de uma análise crítica da sociedade e das relações sociais, sendo mencionados, por exemplo, autores marxistas e geógrafos vinculados à geografia crítica.

De modo geral, segundo os entrevistados o curso apresenta um bom equilíbrio entre teoria e prática, especialmente em razão dos estágios e dos programas de extensão que reforçaram a aplicação prática. Contudo, no que se refere aos autores da área da educação, seu conhecimento revelou-se limitado, levando-os a concluir o curso sentindo-se mais preparados para atuar como geógrafos do que como professores.

O embasamento teórico obtido na universidade é, inquestionavelmente, importante para a prática que será efetivada nas escolas, mas compreender de que maneira essa teoria foi alicerçada e fundamentada, bem como em quais princípios metodológicos, educacionais e sociais ela se baseia, é tão relevante quanto a própria teoria.

Os modelos de educação aplicados no Brasil, há algumas décadas, seguem uma tendência mundial de certa “padronização” da educação, buscando aplicar iniciativas ou princípios adotados em outros países e considerados “modelos”, mesmo quando esses se referem a contextos sociais completamente diferentes. Na realidade, conforme menciona SAVIANI (2009, p. 10), trata-se de “mecanismos de recomposição da hegemonia da classe dominante”. O autor acrescenta ainda que “[...] os mecanismos de adaptação acionados periodicamente a partir dos interesses dominantes podem ser confundidos com os anseios da classe dominada” (SAVIANI, 2009, p. 28).

As reformas educacionais costumam ser divulgadas como necessárias e altamente eficazes para a evolução do sistema educacional brasileiro, com o objetivo de proporcionar aos alunos um ensino de qualidade, moderno e adequado à realidade da sociedade contemporânea. Entretanto, a realidade demonstra outro propósito: “Nos últimos anos, as reformas da educação brasileira retomam um caráter neoliberal bem evidente, privilegiando nas políticas recentes os interesses de empresas e corporações privadas” (ASSIS; LIRA; MONTEIRO, 2022, p. 36).

No ensino de Geografia, existem conteúdos que representam um grande desafio para os professores, diante do objetivo de aproximá-los e relacioná-los à vivência dos alunos. Em alguns casos, a melhor opção é utilizar outros métodos didáticos, como imagens e vídeos. Por outro lado, entre as diversas disciplinas existentes no Ensino Fundamental e Médio, a Geografia certamente é uma das que apresentam melhores condições para essa relação. Nesse processo, a atuação do professor é fundamental para que seja realizada com eficiência e intencionalidade.



Ensinar é uma tarefa desafiadora. Para o materialismo histórico e dialético, a educação é uma ação humana consciente, orientada por objetivos previamente estabelecidos. No ensino de Geografia, o desafio atual consiste em compreender o espaço geográfico como produto das relações sociais, promovendo uma construção crítica da análise espacial. Para tanto, faz-se necessário desenvolver o raciocínio geográfico nos alunos, o que não é uma tarefa simples:

Os verdadeiros raciocínios geográficos são bem mais difíceis do que se pensa habitualmente na comunidade científica e eles exigem, para serem desenvolvidos, verdadeiros especialistas da análise espacial. Está aí o que devem ser hoje os geógrafos e sua função social e científica, saber pensar o espaço terrestre [...] (LACOSTE, 1989, p. 214).

A definição da Geografia como ciência que estuda a Terra, ou como ciência que investiga as relações entre a sociedade e o meio, certamente não está errada, mas é extremamente simplista e não representa grande parte dos estudos realizados por essa ciência. No estudo do espaço geográfico, em um contexto de comunicações dinâmicas e mundo globalizado, as análises geopolíticas estão em evidência, mas não se limitam a elas. As relações de poder entre os diferentes grupos, em distintas escalas, também ganham relevância e devem ser trabalhadas pelos professores.

A Pedagogia, do mesmo modo que outras ciências práticas como a ética e a política, realiza atividades envolvendo relações entre pessoas e grupos sociais, de modo que carrega consigo uma intencionalidade voltada para finalidades formativas, implicando um comprometimento moral de seus agentes. (LIBÂNEO, 2020, p. 93).

No contexto da rede pública de ensino, o professor — com a experiência adquirida ao longo dos anos por meio da efetiva práxis docente — costuma desenvolver estratégias e metodologias diversificadas para ensinar com propósito e intencionalidade. Esse aspecto é especialmente relevante quando se trata do ensino de Geografia e da análise das relações sociais em suas diferentes estruturas, considerando o papel do professor como formador de opiniões.

Para nós, os aspectos contraditórios do mundo contemporâneo, no qual coexistem profundos avanços e conquistas, bem como agudas e crescentes desigualdades e perseguições, demandam um professor politicamente comprometido, um professor empenhado no aperfeiçoamento de sua prática, um profissional capaz de exercer a crítica do existente, função de todo e qualquer intelectual. (MACEDO; MOREIRA, 2001, p. 121)

Os professores entrevistados, destacaram a evidente evolução do curso no aspecto pedagógico, com maior ênfase na formação voltada à licenciatura, após as alterações na estrutura curricular do curso, ocorridas no ano de 2016. Tal percepção, fundamenta-se na observação aos discentes que recebem regularmente nas escolas para a realização de atividades de estágio supervisionado, ou de outros projetos em que eles estão envolvidos, e que possibilitam atividades práticas nas escolas.



O professor P2, destaca ser bastante evidente que os discentes atuais do curso de Geografia — os quais recebe regularmente nas escolas em que atua — demonstram possuir um conhecimento mais aprofundado do que aquele que ele próprio detinha ao concluir sua graduação, especialmente no que se refere às teorias da educação.

Ah, então né, os alunos que recebo hoje na escola, acho que possuem um conhecimento melhor que o meu quando terminei o curso, nessa questão da educação sabe? Fica bem evidente a mudança nisso aí. No meu tempo, se falava em Paulo Freire e Piaget, um pouco de Vigotsky, mas era, como eu disse a você, era pouquíssimo disso aí, e certamente fez falta na minha prática em sala de aula depois. (P2)

O professor, no exercício de sua profissão, não possui apenas objetivos pedagógicos — embora estes sejam evidentes e importantes —, mas também objetivos culturais, sociais e políticos. Nesse sentido, “estabelece-se nesse tipo de trabalho uma intencionalidade” (MELO NETO, 2004, p. 76). Essa relação entre as diferentes intencionalidades e os múltiplos objetivos do professor é destacada por Saviani:

Insisto nesse ponto porque, em geral, há a tendência a desvincular os conteúdos específicos de cada disciplina das finalidades sociais mais amplas. Então, ou se pensa que os conteúdos valem por si mesmos sem necessidade de referi-los à prática social em que se inserem, ou se acredita que os conteúdos específicos não têm importância, colocando-se todo o peso na luta política mais ampla. Com isso dissolve-se a especificidade da contribuição pedagógica, anulando-se, em consequência, a sua importância política. (SAVIANI, 2009, p. 72)

O exercício da docência em Geografia demanda um contínuo processo de reconstrução identitária e de reflexão crítica acerca dos saberes e práticas que se almeja transmitir. Nesse contexto, torna-se imprescindível explicitar não somente a concepção de Geografia, mas, sobretudo, a concepção de ensino adotada, uma vez que essa definição orienta os desafios que permeiam as relações pedagógicas, a prática didática e as metodologias de ensino. Entre esses desafios, destacam-se as expectativas dos licenciandos em formação para a atuação na Educação Básica; a resistência frente às políticas de desmonte da educação que, apesar da vigência de regimes democráticos, ainda se manifestam como expressões de um projeto neoliberal presente nas diretrizes do Ministério da Educação; e a resistência de parte dos(as) docentes da Educação Básica e do Ensino Superior, bem como de gestores(as) e coordenadores(as) pedagógicos(as), diante das propostas de mudanças no campo educacional.

No âmbito das práticas escolares, frequentemente observa-se rejeição aos processos de memorização, repetição e mecanização, os quais são muitas vezes vistos de forma negativa, inclusive destacados pelos professores ainda no ambiente universitário, para que os futuros docentes evitem esse modelo de ensino. No entanto, com um modelo de ensino fundamentado quase que exclusivamente em conteúdos factuais, na criticidade e na reflexão, corre-se o risco



de negligenciar aspectos importantes no processo de ensino e aprendizagem. Analisando sob a perspectiva da Geografia, existem conteúdos que permanecem relacionados a conhecimentos memorizáveis e à repetição de práticas que desenvolvem habilidades específicas, fato que ressalta a importância de uma didática docente eficiente.

A Geografia, conforme os currículos educacionais vigentes, tem entre suas principais finalidades possibilitar a compreensão do mundo, suas dinâmicas transformações e as representações sociais nele existentes, geralmente marcadas por intensas desigualdades, especialmente em países subdesenvolvidos. O desenvolvimento do pensamento crítico acerca das relações e fenômenos presentes no espaço geográfico constitui, igualmente, um dos objetivos centrais dessa área do conhecimento. Diante disso, faz-se necessário o uso de métodos e técnicas de ensino que favoreçam a aprendizagem dos conteúdos geográficos, articulados a um planejamento pedagógico eficaz, conforme destaca Libâneo:

O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para se programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação (LIBÂNEO, 2018, p. 221).

A Geografia possui potencial para contribuir significativamente na formação de cidadãos críticos e atuantes, capazes de refletir sobre a realidade em que vivem, bem como sobre as desigualdades sociais e as relações de poder que estruturam a sociedade. É justamente por esse motivo que, nas diversas reformas educacionais promovidas pelo governo, observa-se uma tentativa de reduzir não apenas a relevância das ciências humanas, mas também sua carga horária nos currículos escolares. O Estado, ao representar e defender os interesses das classes dominantes, reconhece a importância da educação e seu potencial transformador, conforme destaca Seabra:

Ao contrário do conhecimento vulgar não justificado, o saber científico proporciona ao homem o desenvolvimento de maiores poderes diante dos fenômenos naturais, sociais e econômicos e, portanto, diante do mundo. Dessa maneira a insegurança, a impotência e a subserviência frente aos homens e do mundo dá lugar, àquele que adquire o conhecimento científico, ao sentimento de poder, autoconfiança e liberdade. É essa compreensão crítica do mundo, que torna o ser humano ativo e determinante, transformando-o em sujeito da situação, e não seu objeto. (SEABRA, 1997, p. 13)

Diversos métodos, recursos e técnicas de ensino são empregados pelos docentes, definidos em seus planejamentos e articulados ao conteúdo a ser trabalhado, conforme os objetivos pedagógicos estabelecidos. A análise posterior dos resultados não se limita a critérios estritamente quantitativos. Tanto a didática adotada quanto os instrumentos avaliativos



costumam apresentar flexibilidade, sendo estruturados com base nas características específicas dos alunos, conforme aponta o professor P1:

A maneira como você vai trabalhar o conteúdo, depende muito da turma, se for para uma turma do EJA por exemplo é completamente diferente, eu utilizo muito do recurso audiovisual.

Audiovisual e fotografias e exemplos da paisagem, além de exemplos cotidianos a partir do que eles me relatam. Então, eu pego muito relato do estudante, das experiências pessoais, para que aquela experiência pessoal seja ressignificada, que ele tenha uma perspectiva espacial do que ele está vivendo, do ambiente que ele está inserido. (P1)

Sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, o conceito de aprendizagem significativa, originalmente desenvolvido por Ausubel, assume um sentido diferenciado — ou, no mínimo, ampliado —, pois se vincula à ideia de uma educação crítica, histórica e transformadora. Nessa perspectiva, a aprendizagem significativa é aquela que possibilita ao aluno apropriar-se do conhecimento científico acumulado pela humanidade, compreendendo sua historicidade e contradições, a fim de agir de maneira crítica sobre a realidade.

Para a geografia crítica, o aprendizado valoriza muito mais do que a simples memorização de fatos ou a descrição de lugares: exige uma análise crítica das relações socioespaciais e, especialmente, de suas contradições. Trata-se de um conhecimento geográfico historicamente situado, que considera a dinamicidade dos espaços e as relações de poder que os estruturam. Os professores entrevistados, embora tenham demonstrado certa dificuldade em identificar as teorias pedagógicas com as quais se alinham — sobretudo no campo educacional —, evidenciaram, por outro lado, uma aproximação com os pressupostos da geografia crítica.

A geografia crítica propõe uma ruptura com as abordagens tradicionais e descritivas, as quais, no âmbito das relações sociais, buscaram por muito tempo uma suposta neutralidade — postura que tende a manter a hegemonia das classes dominantes e a evitar o enfrentamento dos conflitos de classe, contribuindo, assim, para a manutenção ou ampliação das desigualdades sociais. Essa vertente exige, no ensino, uma prática voltada para a compreensão das contradições sociais, não apenas como um exercício teórico, mas com o objetivo de enfrentá-las, por meio de uma análise ampla e crítica do espaço geográfico, conforme destacado por Santos:

Então, o espaço geográfico é estudado como se ele não fosse o resultado de um processo onde o homem, a produção e o tempo exercem o papel essencial. Assim o espaço do homem deveria ser aviltado para dar impressão de que, no ato de produzir, os homens se confrontam com um espaço parcelado, desumanizado, reificado. (SANTOS, 2021, p. 114).

A didática utilizada no ensino de Geografia deve considerar a grande heterogeneidade presente nas turmas, seja em relação aos conhecimentos prévios, à faixa etária ou aos contextos



sociais dos alunos. Nessas circunstâncias, o avanço do conteúdo conforme previsto no planejamento nem sempre é possível, especialmente diante da limitação do número de aulas semanais destinadas à Geografia. Os professores entrevistados destacaram essa dificuldade e relataram que, diante dessa realidade, priorizam a qualidade da aprendizagem, buscando garantir a assimilação efetiva dos conteúdos pelos alunos, em vez de simplesmente “cumprir” o planejamento inicial. Essa postura foi evidenciada, por exemplo, no relato do professor P3:

Não adianta eu chegar num ciclo 6, por exemplo, da educação de jovens e adultos, que seria o terceiro ano ali, e eu começar a falar de sistemas agrícolas, por exemplo, se o aluno não entende a questão do acesso à terra, ou se ele não entende o que é uma produção agrícola. Então, às vezes, a gente precisa retomar conceitos, né? A gente precisa voltar atrás para que esse processo seja melhor. Eu conheço aquilo que é estabelecido pela BNCC, pelo currículo do Estado, mas eu avanço conforme a turma me indica que posso fazer. (P3)

Os métodos e técnicas de ensino utilizados pelos professores de Geografia, com o objetivo de otimizar o processo de aprendizagem, diferem, em muitos casos, daqueles adotados em outras disciplinas. Isso porque, além de estarem pautados nos conteúdos específicos da área, apresentam como característica marcante a interdisciplinaridade e a possibilidade de aproximação entre o conteúdo e a realidade vivenciada pelos alunos, favorecendo a compreensão do espaço geográfico. Essa perspectiva é especialmente significativa no contexto da escola pública, cujos alunos, em sua maioria, pertencem às classes sociais mais desfavorecidas. Nesse cenário, é inegável a contribuição do ensino para o desenvolvimento de uma análise crítica por parte dos estudantes — não apenas de sua realidade imediata, mas da sociedade de forma mais ampla.

A educação, certamente, possui um caráter transformador, que possibilita a redução das desigualdades e a interrupção dos ciclos de pobreza e desinformação que se perpetuaram ao longo de gerações. Mesmo em uma sociedade historicamente dividida em classes, é fundamental que essas divisões não sejam tão marcantes e carregadas de tamanha desigualdade. O ensino de Geografia deve cumprir sua função, que não se restringe ao ambiente escolar: o espaço geográfico não está limitado aos muros da escola. Existem diferentes escalas a serem trabalhadas e, portanto, sua função há muito deixou de ser apenas observar, descrever ou quantificar determinado “fenômeno”. Os professores entrevistados, mesmo diante dos inúmeros desafios enfrentados em sua rotina escolar, demonstraram perseverança e plena compreensão não apenas de sua importância no processo de ensino, mas, sobretudo, do papel essencial da educação na vida dos alunos.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de compreender a relação entre teoria e prática não é exclusividade dos cursos de licenciatura; trata-se de uma questão recorrente — e, ao mesmo tempo, complexa — em diversas áreas do conhecimento. No âmbito universitário, busca-se constantemente um equilíbrio nesse processo, de modo a garantir uma formação mais sólida ao futuro profissional. É fundamental, portanto, que a teoria — embora costume receber maior ênfase na universidade — não se sobreponha completamente à prática, mas que ambas se articulem de forma complementar.

A pesquisa indicou que os conhecimentos teóricos adquiridos na universidade estão mais vinculados a autores da Geografia do que propriamente a autores da área de Pedagogia; assim, o curso ainda tende a sobrepor os conhecimentos geográficos aos pedagógicos. Por outro lado, constatou-se que as mudanças curriculares promovidas pela implementação do novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC), em 2016, que oficializou a separação entre licenciatura e bacharelado, possibilitaram uma ampliação dos conhecimentos pedagógicos.

A partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético e da geografia crítica, ficou evidenciado que um dos principais objetivos dos professores, além do domínio dos conhecimentos geográficos, é incentivar e proporcionar aos alunos o desenvolvimento da análise reflexiva e crítica, visando a melhor compreensão e o questionamento do mundo contemporâneo.

Portanto, é fundamental o ensino de Geografia comprometido com uma perspectiva crítica, em que mais do que repassar conteúdos prontos, o professor e o aluno devem assumir uma postura ativa, compreendendo o espaço geográfico como uma construção social marcada por contradições. Nesse sentido, o processo educativo ultrapassa os limites da mera instrução e se torna um instrumento de formação cidadã, contribuindo para que os estudantes desenvolvam a capacidade de interpretar e intervir na realidade. A escola, ao favorecer o pensamento crítico e o exercício da reflexão, assume um papel decisivo na construção de sujeitos capazes de compreender o mundo em que vivem e de participar ativamente na transformação das estruturas sociais que o compõem.



## REFERÊNCIAS

ASSIS, L. F.; LIRA, R. C. S.; MONTEIRO, M. C. G. BNC-Formação: o realinhamento às políticas neoliberais de influência norte-americana na formação de professores no Brasil. In: ASSIS, L. F.; ALBUQUERQUE, M. A. M.; MORAIS, N. R. (orgs.). **Formação de professores de geografia na Paraíba: avanços e resistências na reforma curricular**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. p. 32–59.

GAMBOA, S. S. **Teoria e prática: diversas abordagens epistemológicas**. Anais. V Colóquio de Epistemologia da Educação Física, Maceió, AL, 2010.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1989.

LIBÂNEO, José Carlos. Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de pedagogia. In: PIMENTA, Selma Garrido (org.) **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectiva**. São Paulo: Cortez, 2020. p. 59–97.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018

MACEDO, Elizabeth; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Em defesa de uma orientação cultural na formação de professores. In: CAMEN, Ana; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (orgs.). **Ênfases e omissões no currículo**. Campinas, SP: Papirus, 2001. p. 117–145.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci**. Tradução de William Lagos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão universitária, autogestão e educação popular**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SEABRA, Giovanni. **Fundamentos e perspectivas da Geografia**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

VESENTINI, José William. **Para uma geografia crítica na escola**. São Paulo: Ática, 1992.

VLACH, Vânia Rubia Farias. **A propósito do ensino de Geografia: em questão, o nacionalismo patriótico**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

